

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2018



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade História

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AJ20', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Hábitos saudáveis ajudam a melhorar a qualidade de vida.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Artes e ditadores

Os ditadores sempre quiseram que a arte expressasse seu ideal de “povo”, de preferência em momentos de devoção ou entusiasmo pelo regime. Para isso, os ditadores pretenderam imobilizar o passado nacional em seu benefício, dando-lhe dimensões de mito ou inventando-o quando necessário. Para o fascismo italiano, o ponto de referência era a Roma antiga, imperial; para a Alemanha de Hitler, uma combinação de bárbaros radicalmente puros das florestas teutônicas com nobreza medieval; para a Espanha de Franco, a era dos triunfantes governantes católicos que expulsaram os infiéis e resistiram a Lutero. A União Soviética teve mais dificuldade para adotar o legado dos czares que a Revolução tinha sido feita, afinal de contas, para destruir, mas Stálin acabou achando conveniente mobilizá-lo.

O que ficou da arte do poder nesses países? Surpreendentemente, pouco na Alemanha, mais na Itália, talvez mais ainda na Rússia. Só uma coisa todos perderam: o poder de mobilizar a arte e o povo como teatro público. Isso, o mais sério impacto do poder na arte entre 1930 e 1945, desapareceu com os regimes que tinham garantido sua sobrevivência através da repetição regular de rituais públicos. Desapareceram para sempre, juntamente com aquele poder.

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric. **Tempos fraturados**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 276)

1. A expressão artística de *seu ideal de “povo”* é promovida pelos ditadores de modo a
 - (A) revisitar os velhos anseios nacionalistas, corporificando-os e incutindo-lhes agora uma forma esteticamente revolucionária.
 - (B) expandir inventivamente as premissas democráticas da arte popular, valorizadas e transfiguradas em anseios nacionais de caráter libertário.
 - (C) reconfigurar ritos antigos, inspiradores de uma nova ordem e capazes de resgatar os autênticos valores da nacionalidade.
 - (D) redimensionar elementos de um passado mítico para obterem uma adesão pública e massificada aos ideais do regime que instalaram.
 - (E) radicalizar o culto aos movimentos nacionalistas derrotados no passado, invocando-os agora com a energia de uma convocação participativa.

2. Deve-se depreender da leitura do 2º parágrafo do texto que a arte promovida pelos ditadores entre 1930 e 1945
 - (A) manteve, surpreendentemente, um efeito residual nada desprezível, conforme se verificou de modo especial na Alemanha e na Itália.
 - (B) deixou de ter, por conta da fragilidade de suas premissas estéticas, repercussão efetiva junto às massas nacionalistas.
 - (C) obteve nesse período o poder de mobilização programada para encenar teatralmente uma aliança entre a ditadura e o povo.
 - (D) subsistiu sem perder força tão somente na Rússia, onde foi possível revitalizar antigos rituais públicos por meio de sua repetição.
 - (E) teve logo esgotado o seu prestígio inicial, por conta do que havia de repetitivo no retorno ritual a uma mitologia anacrônica.

3. Para o autor do texto, a tarefa assumida pelos ditadores em relação ao passado histórico nacional consiste em
 - (A) valorizar nele uma mitologia adequada para figurar uma nova representação nacionalista, identificada com o projeto ditatorial.
 - (B) recuperar dos velhos mitos os que se formalizam numa estética que possa representar pela arte os interesses legitimamente populares.
 - (C) adulterar a narrativa convencional dos feitos do passado, acusando-os como fracassos que podem ser redimidos pelo novo regime.
 - (D) rever as conquistas épicas de um povo, para submetê-las a uma nova apreciação crítica que identifique a razão de seu esquecimento.
 - (E) esvaziar o sentido objetivo das antigas conquistas, para que elas percam o valor numa comparação ostensiva com as conquistas do presente.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *momentos de devoção ou entusiasmo pelo regime* (1º parágrafo) = intervalos de compulsão ou denodo pelo sistema.
 - (B) *pretenderam imobilizar o passado nacional* (1º parágrafo) = tencionaram paralisar a história pregressa da nação.
 - (C) *dificuldade para adotar o legado* (1º parágrafo) = entrave na disseminação da herança.
 - (D) *poder de mobilizar a arte e o povo* (2º parágrafo) = relutância em dinamizar o poder artístico e o popular.
 - (E) *repetição regular de rituais públicos* (2º parágrafo) = retomada rítmica de ofícios populares.
-
5. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Quando faltam aos ditadores das mais diversas épocas a argumentação própria em favor da positividade de suas ideias, apela-se para o culto mítico do passado.
 - (B) Assim como o fascismo italiano, em cujo passado da antiga Roma despontava o poder imperial, assim também para a Alemanha houve uma compilação de bárbaros teutônicos com cavaleiros medievais.
 - (C) Não parece que os czares tenham possibilitado que a União Soviética lhes servisse, como propulsores de algum legado digno de um culto com alguma nobreza.
 - (D) Em tais regimes populistas, a deferência às artes torna-se teatral para o público, razões pelas quais ambas acabam por confrontar-se numa mútua descrença.
 - (E) Ainda que os ditadores tenham logrado, entre 1930 e 1945, ritualizar e mitificar seu poder por meio das artes, esse fenômeno extinguiu-se junto com seus regimes.
-
6. Emprega-se forma verbal na **voz passiva** e respeitam-se as normas de **concordância verbal** na frase:
- (A) Nenhum desses vestígios de manipulação das artes haveriam de ficar depois que os regimes ditatoriais houvesse se esgotado.
 - (B) O que houve de comum nos regimes ditatoriais eram a impermanência do poder da arte como instrumento de cooptação política do povo.
 - (C) A associação entre bárbaros das florestas teutônicas com membros da aristocracia castelã indicavam o arbítrio de que se valiam o imaginário dos tiranos.
 - (D) Para que fosse o povo servido pela mitologia da história nacional, cabia aos ditadores manipular como podiam o legado heroico do passado.
 - (E) O autor do texto não hesita em reconhecer nos variados ditadores a preocupação que os assaltam quando se trata de fundar seu poder numa história mítica.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

De cabeça pra baixo

– *Esse mundo está ficando de cabeça pra baixo!*

É uma conhecida frase, que sucessivas gerações vêm frequentando. Ela logo surge a propósito de qualquer coisa que se considere uma novidade despropositada, irritante: modelo de roupa mais ousada, último grande sucesso musical, aumento milionário no salário de um jogador de futebol, a longa estiagem na estação chuvosa, a avalanche de crimes no jornal... A ideia é sempre demonstrar que a vida e o mundo já foram muito melhores, que a passagem do tempo leva inexoravelmente à perversão ou ao desmoronamento dos valores autênticos, que uma geração construiu e que a seguinte apagou.

Parece que na história da humanidade o fenômeno é comum e cíclico: as pessoas enaltecem seus hábitos passados e condenam os presentes. “Ah, no meu tempo...” é uma expressão que vale um suspiro e uma acusação. Algo de muito melhor ficou para trás e se perdeu. A missão dessa juventude de hoje é desviar-se da Civilização....

A ironia é que justamente nesses “desvios” e por conta deles a História caminha, ainda que não se saiba para onde. Fosse tudo uma repetição conservadora, nenhuma descoberta jamais se daria, sem contar que os mais velhos já não teriam do que se queixar e a quem imputar a culpa por todos os desassossegos que assaltam todas as gerações humanas, desde que existimos.

(Romildo Pacheco, inédito)

7. A frase que abre o texto é nele analisada de modo a fazer compreender que ela corresponde a
- (A) uma justa acusação, promovida por membros de uma geração que, por muitas razões, logrou obter sucesso em todos os seus projetos coletivos.
 - (B) um desabafo sem qualquer critério, uma vez que quem o faz não sabe por que o faz, apenas dá vazão a sentimentos confusos de insatisfação.
 - (C) um discreto gesto de incentivo, acenado aos jovens pelos mais velhos, para que a nova geração possa cumprir as altas metas humanas que foram estabelecidas no passado.
 - (D) uma frustração cíclica ao longo da História, que deixa ver o desejo de cada geração perpetuar seus próprios valores, dados como definitivamente positivos.
 - (E) um sentimento de alta expectativa diante de novos fenômenos sociais, sentidos ao mesmo tempo como ameaças e possibilidades de criativa renovação dos costumes.



8. No terceiro parágrafo do texto, deve-se entender que a frase *A missão dessa juventude de hoje é desviar-se da Civilização...*
- (A) corresponde à posição pessoal do autor do texto, identificado que está com todos aqueles que desde sempre costumam pronunciá-la.
 - (B) expressa o ponto de vista de quem também diz "*Ah, no meu tempo*", emprestando voz o autor a quem alimenta essa convicção.
 - (C) exprime uma ironia, pois quem costuma dizê-la com essas reticências acredita justamente no contrário do que afirma.
 - (D) constitui uma provocação que os velhos lançam contra os jovens, chamando-os à missão de apagar os deslizes da geração anterior.
 - (E) contradiz plenamente a frase anterior, na qual se afirmam como bem-sucedidos os feitos da geração mais velha, ora condenados ao esquecimento.
-
9. O segmento *É uma conhecida frase, que sucessivas gerações vêm frequentando* ganha nova redação, na qual se mantêm seu sentido básico, sua clareza e sua correção, em:
- (A) É um dito já repisado, que gerações vêm consecutivamente pronunciando.
 - (B) Conforme as gerações que tanto lhe repisam, institui-se esse conhecido pronunciamento.
 - (C) Frase já muito sabida, esta, onde sucede de as pessoas a ela se agarrarem.
 - (D) Ao longo de gerações, está essa frase já notória de cuja repetição muitos se aplicam.
 - (E) Frase que gerações intermitentes se aproveitam, fazendo-a conhecer-se.
-
10. Alterando-se os tempos e modos verbais de um segmento do texto, mantém-se uma coerente e adequada articulação entre eles, na seguinte frase:
- (A) Era uma conhecida frase, que sucessivas gerações viessem a frequentar.
 - (B) Ela logo surgiria a propósito de qualquer coisa que se houver considerado uma novidade despropositada.
 - (C) A ideia seria sempre demonstrar que a vida e o mundo já tivessem sido muito melhores.
 - (D) Algo de muito melhor haverá de ficar para trás e se perdera.
 - (E) Vindo a ser tudo uma repetição conservadora, nenhuma descoberta houvera de se dar.
-
11. A supressão da vírgula altera significativamente o sentido da seguinte frase:
- (A) Frequentemente, as pessoas enaltecem seus hábitos passados.
 - (B) As pessoas gostam de enaltecer seus hábitos antigos, quase sempre sem muita discrição.
 - (C) Não se conhece a origem das frases feitas, nem por que adquiriram tanta força.
 - (D) O autor do texto busca mostrar-se imparcial, diante desse tema controverso.
 - (E) Trata-se aqui das pessoas mais velhas, que se apegam a seus hábitos passados.
-

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo.

Necessidade interior

Uma coisa que não podemos fazer é forçar o tempo interior. Cada coisa tem seu momento de maturação, e apressá-la significaria debilitá-la, uma fatal distorção. Num segmento do teu tempo, tens um conjunto de coisas que estão desorganizadas, e subitamente se introduz aí um elemento que organiza tudo.

Algo assim me ocorreu de uma maneira muito intensa, em meados de 1960. Uma vivência sentimental que tive, muito forte, pôs-se de repente a exigir de mim uma expressão, uma manifestação que fosse além da expressão direta desse sentimento mesmo. Senti que tinha algo a dizer, a criar. Foi dessa forma tão elementar que tudo começou. Foi assim que me fiz escritor.

(Adaptado de: SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 75)

12. O escritor José Saramago defende nesse texto a ideia de que
- (A) as motivações mais importantes da nossa vida são inteiramente acidentais, o que significa que o acaso pode ser o melhor regente das nossas decisões.
 - (B) a força interior é decisiva, advindo sempre da nossa incansável obstinação em realizar um objetivo em cujo foco desde o início nos concentramos.
 - (C) os fatos alheios à nossa vontade fazem com que se adie muito a resolução de problemas que deveriam ser resolvidos pelo recurso imediato da análise racional.
 - (D) a desorganização das nossas ideias impede de vez o amadurecimento das decisões que deveriam nos orientar melhor no rumo de nossa vida.
 - (E) as necessidades vitais podem ser supridas a partir do momento em que, dentro de nós, amadureça uma força íntima capaz de atendê-las.



13. De acordo com o segundo parágrafo do texto, deve-se entender que o escritor José Saramago
- (A) encontrou na literatura uma forma de encarar e traduzir as intensas experiências emocionais.
 - (B) valeu-se de sua vocação para escritor a fim de evitar ser atingido por algum excesso de pressão sentimental.
 - (C) tornou-se um criador celebrado por ter sabido ficar imune às vivências dolorosas que o atormentavam.
 - (D) resolveu exceder os limites da literatura, vivenciando de modo mais direto seus traumas afetivos.
 - (E) buscou encontrar na literatura um consolo para poder suportar seus delírios passionais.

14. *Cada coisa tem seu momento de maturação, e apressá-la significaria debilitá-la...*

Reescrevendo-se a frase acima iniciando-se por – **Apressar as coisas significa debilitá-las**, – o complemento correto e coerente poderá ser

- (A) pois para cada uma delas existe a hora de se tornar madura.
 - (B) em virtude de que contêm em si mesmas o instante de maturação.
 - (C) desde que lhes sucedam atingir pleno amadurecimento.
 - (D) tanto mais quanto se precise de que atinjam certa madureza.
 - (E) uma vez que às quais cabe esperar amadurecerem.
15. No segmento textual *Foi assim que me fiz escritor*,
- (A) o verbo **ir** está flexionado numa forma do pretérito.
 - (B) o sujeito de **fazer** está oculto.
 - (C) as duas formas verbais têm o mesmo sujeito.
 - (D) **escritor** é sujeito de uma forma verbal passiva.
 - (E) a expressão **assim que** tem sentido temporal.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Uma sequência é formada pelos primeiros números ímpares positivos que possuem três, e apenas três divisores positivos distintos. A diferença entre o sexto e o quinto termos dessa sequência é
- (A) 335
 - (B) 90
 - (C) 268
 - (D) 120
 - (E) 196

17. Há dois anos, em uma empresa, a razão entre o número de funcionárias mulheres e o número de funcionários homens era $\frac{7}{12}$. Hoje, sem que tenha aumentado ou diminuído o número total de funcionários (homens e mulheres) essa mesma razão é $\frac{9}{10}$. A diferença do número de funcionárias mulheres de hoje e de dois anos atrás corresponde, em relação ao total de funcionários (homens e mulheres) da empresa, a um valor
- (A) menor que 5%
 - (B) entre 5% e 8%
 - (C) entre 8% e 10%
 - (D) entre 10% e 12%
 - (E) maior que 12%

18. Para preparar um certo número de caixas, 15 funcionários de uma empresa trabalharam durante 8 horas, cada um preparando 7 caixas a cada 20 minutos. Já cansados, três dos funcionários foram embora e os que ficaram trabalharam por mais 6 horas, mais lentos, cada um deles preparando 7 caixas a cada 40 minutos. Ao todo, nessas 14 horas os funcionários conseguiram preparar um número de caixas
- (A) entre 3 150 e 3 200
 - (B) entre 3 200 e 3 250
 - (C) entre 3 250 e 3 300
 - (D) entre 3 300 e 3 350
 - (E) entre 3 350 e 3 400



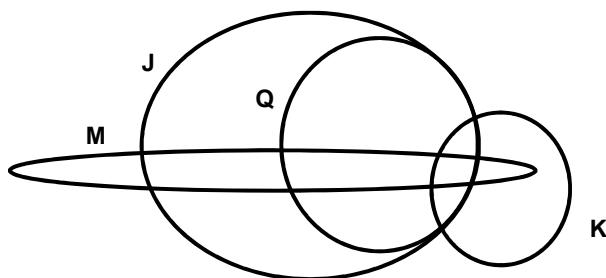
19. Considere as seguintes afirmações:

- I. Agnes é atriz ou Bernardo não é diretor.
- II. Cíntia é estilista e Dinorá não é cantora.
- III. Elivaldo não é segurança ou Fred é assistente.
- IV. Se Bernardo é diretor, então Elivaldo não é segurança.

Sabe-se que as afirmações I e IV são falsas e que as afirmações II e III são verdadeiras. Sendo assim, é logicamente VERDADEIRA a alternativa

- (A) Dinorá é cantora ou Agnes é atriz.
- (B) Se Agnes é atriz, então Elivaldo é segurança.
- (C) Fred não é assistente e Cíntia é estilista.
- (D) Se Bernardo é diretor, então Dinorá é cantora.
- (E) Ou Bernardo não é diretor ou Fred não é assistente.

20. Considere os conjuntos, suas respectivas intersecções e a existência de elementos em todas as regiões do diagrama.



A partir dessas informações é correto concluir que

- (A) qualquer elemento de **J** que não seja elemento de **Q** é elemento de **M**.
- (B) há elemento de **K** que, além de ser de **K**, é também elemento de **J**, mas apenas de **J**.
- (C) os elementos de **M**, que também são elementos de **Q**, não são apenas elementos desses dois conjuntos.
- (D) todo e qualquer elemento de **Q** é elemento de pelo menos mais dois conjuntos.
- (E) há elemento de **M** que seja elemento apenas de **M** e **Q**.

Noções de Informática

21. Considere hipoteticamente que um Analista possui uma apresentação gerada pelo Microsoft PowerPoint 2010, em português, denominada TRTSP.pptx. Ele deseja que esta apresentação seja salva em um formato de autoapresentação. Nesse formato basta dar um duplo clique no nome do arquivo para que o conteúdo seja exibido automaticamente e a transição dos *slides* possa ser configurada com cliques no *mouse* ou através da barra de espaço. O formato que permite essa apresentação de *slides* é

- (A) .ppsm
- (B) .pptm
- (C) .potx
- (D) .ppsx
- (E) .ppxs

22. Um Analista estava utilizando o navegador Mozilla Firefox em português (versão 60.0.1, 64 *bits*), em condições ideais, e digitou a sequência de teclas `Ctrl+Shift+P` para

- (A) fechar a página na qual estava navegando.
- (B) abrir uma nova janela privativa e navegar de modo privativo.
- (C) abrir o histórico de navegação.
- (D) localizar algo de seu interesse na página na qual estava navegando.
- (E) acessar o gerenciador de extensões.



23. Considere hipoteticamente que um Analista acessou em seu navegador o *site* de busca Google (www.google.com.br). Na página que se abriu, digitou na linha de pesquisa `site:http://www.trtsp.jus.br inurl:pje`. O objetivo do Analista era
- (A) refinar a pesquisa para arquivos do tipo `.pje` no *site* <http://www.trtsp.jus.br>.
 - (B) encontrar artigos que tenham um título que se inicia com `pje` e contenham mais palavras de que ele não se recorda, dentro da *homepage* do *site* <http://www.trtsp.jus.br>.
 - (C) excluir a palavra `pje` dos resultados da busca dentro do *site* <http://www.trtsp.jus.br>.
 - (D) encontrar todos os *sites* relacionados ao *site* <http://www.trtsp.jus.br> que contenham a palavra `pje`.
 - (E) restringir os resultados da busca às páginas do *site* <http://www.trtsp.jus.br> que contenham a palavra `pje`.

24. Um Analista estava utilizando um computador com o sistema operacional Windows 7, em português, e desejava mudar o atributo do arquivo `CNDT.pdf` para somente leitura. Para isso, ele abriu o Windows Explorer, localizou o arquivo na pasta,
- (A) clicou com o botão direito do *mouse* sobre o nome do arquivo, escolheu Propriedades na janela que se abriu. Na aba Geral da janela Propriedades de `CNDT.pdf` marcou Somente leitura, clicou em Aplicar e em OK.
 - (B) clicou com o botão direito do *mouse* sobre o nome do arquivo, escolheu Abrir com o LibreOffice Writer na janela que se abriu. Dentro do Writer escolheu Salvar como... no menu Arquivo, selecionou Somente leitura e clicou em Salvar.
 - (C) deu um duplo clique sobre o nome do arquivo. Na janela que se abriu, escolheu Salvar como... no menu Arquivo, selecionou Somente leitura e clicou em Salvar.
 - (D) deu um duplo clique sobre o nome do arquivo e escolheu Salvar Como na janela que se abriu. Na aba Geral da janela Salvar Como marcou Somente leitura, clicou em Aplicar e em OK.
 - (E) clicou com o botão esquerdo do *mouse* sobre o nome do arquivo. Na janela que se abriu, escolheu Salvar como... no menu Arquivo, selecionou Somente leitura e clicou em Salvar.

25. Considere o texto de um fabricante em relação ao seu produto:

Como um serviço pago conforme o uso, o backup em servidores virtuais oferece flexibilidade para escolher os dados que deseja proteger, pelo tempo que quiser protegê-los. Configure o controle de acesso limitado para que apenas seus usuários autorizados possam realizar operações críticas de backup. Uma notificação será enviada se o backup detectar alguma atividade suspeita, como Wanna Cry e similares, antes que seus dados sejam comprometidos. Qualquer exclusão não autorizada de seus backups será mantida por dias, para que você ganhe tempo para proteger seu ambiente e iniciar o processo de recuperação.

O tipo de serviço e o tipo de *malware* referenciados no texto são, correta e respectivamente,

- (A) *Cloud storage* – *phishing*.
- (B) *Cloud computing* – *pharming*.
- (C) *Cloud backup* – *ransomware*.
- (D) *Full backup* – *hoax*.
- (E) *Decremental backup* – *ransomware*.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

26. O desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuem para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, segundo previsto pela Lei nº 13.146/2015, é o objetivo do processo de
- (A) recuperação da saúde.
 - (B) inclusão social.
 - (C) não discriminação da pessoa com deficiência.
 - (D) habilitação e reabilitação.
 - (E) terapia comportamental.



27. Segundo expressamente previsto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará
- (A) o histórico psiquiátrico; a pontuação em testes cognitivos; os impedimentos, as funções e nas estruturas do corpo e as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar.
 - (B) a restrição de participação da pessoa avaliada; os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; as relações familiares e o respaldo efetivo recebido do núcleo familiar e o histórico psiquiátrico.
 - (C) a limitação no desempenho de atividades; os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais e a restrição de participação da pessoa avaliada.
 - (D) o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário; a limitação no desempenho de atividades; a autossuficiência para sua manutenção e o histórico psiquiátrico.
 - (E) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a pontuação em testes cognitivos e o grau de inclusão social da pessoa avaliada em seu meio comunitário.
-
28. Segundo o previsto no Decreto nº 5.296/2004, nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade de atendimento da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida
- (A) fica condicionada ao pedido expresso da pessoa com deficiência ao ser registrada sua solicitação de atendimento no serviço de saúde.
 - (B) não está condicionada a qualquer avaliação, devendo ser observada.
 - (C) fica condicionada à avaliação do corpo de enfermagem responsável pelo atendimento inicial, que considerará as outras prioridades legais a serem atendidas na mesma oportunidade.
 - (D) não deve ser observada nos serviços de urgência ou emergência médica.
 - (E) fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.
-

Legislação e Ética no Serviço Público

29. Severina, Maria e Camila são servidoras públicas do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Severina praticou determinada conduta que acredita configure infração disciplinar. Assim, preocupada especificamente com a penalidade de suspensão, indaga suas colegas de trabalho a respeito das disposições específicas da Lei nº 8.112/1990. Maria e Camila respondem corretamente que a penalidade de suspensão
- (A) será aplicada pelo prazo de até 15 dias na hipótese de o servidor, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.
 - (B) poderá ser convertida em multa, na base de 30% por dia de vencimento ou remuneração, quando houver conveniência para o serviço, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
 - (C) poderá ser convertida em multa, na base de 60% por dia de vencimento ou remuneração, quando houver conveniência para o serviço, ficando o servidor obrigado a afastar-se do serviço por cinco dias.
 - (D) poderá ser convertida em multa, na base de 60% por dia de vencimento ou remuneração, quando houver conveniência para o serviço, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
 - (E) será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 60 dias.
-
30. Márcio, servidor público federal, negou publicidade aos atos oficiais. Leonardo, também servidor público federal, deixou de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, considerando estritamente as condutas narradas, bem como que ambas foram praticadas com dolo,
- (A) somente Márcio praticou ato de improbidade que atenta contra os Princípios da Administração Pública.
 - (B) ambos praticaram ato de improbidade que atenta contra os Princípios da Administração Pública.
 - (C) ambos praticaram ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
 - (D) somente Leonardo praticou ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
 - (E) Márcio praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, e Leonardo praticou ato de improbidade que causa prejuízo ao Erário.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, NÃO há, no Brasil, hipótese de
- (A) pena de morte, nem de prisão perpétua.
 - (B) retroatividade da lei penal, nem de pena de banimento.
 - (C) crimes inafiançáveis, nem de penas cruéis.
 - (D) tortura legalmente permitida, nem de pena de trabalhos forçados.
 - (E) crimes imprescritíveis, nem de pena de perda de bens sem indenização.
-
32. Determinada lei municipal editada em matéria de servidores públicos cria funções de confiança que podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargos em comissão, estes nomeados independentemente de concurso público. A mesma lei indica que ocupantes de cargos em comissão podem apenas exercer funções de direção, chefia e assessoramento, sendo passíveis de livre exoneração. Há inconstitucionalidade na referida lei no tocante à
- (A) previsão da exoneração dos servidores titulares de cargos em comissão independentemente de observância do devido processo legal.
 - (B) possibilidade de exercício de funções de confiança por servidores ocupantes de cargos em comissão.
 - (C) previsão do assessoramento como função que pode ser exercida pelo servidor titular de cargo em comissão.
 - (D) competência legislativa municipal para criar funções de confiança.
 - (E) ausência de concurso público para a escolha de ocupantes de cargos em comissão.
-
33. O Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispondo sobre o Estatuto da Magistratura, no qual se prevê autorização para que a lei destine aos juízes, a título de vantagem financeira devida em razão do exercício da função jurisdicional, o valor de 1% das custas judiciais recolhidas pelas partes no processo, sendo devido o respectivo pagamento quando do término de cada processo. O projeto ainda atribui ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a competência para autorizar que juízes em atividade se candidatem a cargos políticos eletivos. Além disso, consta da proposta a vedação do exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual os juízes tenham se afastado, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. Nessa situação, o referido projeto de lei complementar mostra-se
- (A) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque não poderia ter sido encaminhado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e por ser vedada a concessão da vantagem financeira que se pretende instituir em favor dos juízes.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque é vedada a concessão da vantagem financeira que se pretende instituir em favor dos juízes e por ser permitido o exercício da advocacia nas condições em que o projeto pretende impedir.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque é livre aos juízes, independentemente de autorização do CNJ, o exercício de mandato político junto ao Poder Legislativo, embora lhes seja vedado exercer cargos políticos junto ao Poder Executivo.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque é vedada a concessão da vantagem financeira que se pretende instituir em favor dos juízes e por ser-lhes vedado o exercício de atividade político-partidária.
 - (E) compatível com a Constituição Federal em todos os seus aspectos.
-
34. O Tribunal Superior do Trabalho pretende implementar, no exercício financeiro corrente, programa para dar celeridade à prestação jurisdicional, que demandará a admissão de servidores públicos. Todavia, os gastos com a execução do programa não foram previstos na lei orçamentária anual vigente, assim como não há previsão de dotações orçamentárias suficientes para atender às projeções de despesa de pessoal relativas às admissões de servidores públicos. Considerando que essas medidas são urgentes e de excepcional interesse público em face do expressivo aumento da litigiosidade, o Tribunal pretende executá-las sem que sejam alteradas as disposições da lei orçamentária, assim como dispensará a abertura de créditos adicionais, inclusive os extraordinários. Nessa situação, a Constituição Federal
- (A) permite que seja iniciada a imediata execução do programa e que sejam realizadas despesas com a admissão de servidores públicos, uma vez que se trata de situação de excepcional interesse público.
 - (B) permite que seja implementado o programa e que sejam realizadas despesas com a admissão de servidores públicos, desde que sejam autorizados por medida provisória.
 - (C) veda que seja implementado o programa, mas permite que sejam realizadas as despesas com a admissão dos servidores públicos, uma vez que as limitações constitucionais ao aumento de despesas com pessoal não se aplicam aos gastos do Poder Judiciário.
 - (D) permite que seja implementado o programa, mas veda que sejam realizadas as despesas com a admissão dos servidores públicos, uma vez que haverá aumento de despesas com pessoal não prevista em orçamento.
 - (E) veda que seja implementado o programa, assim como que sejam realizadas as despesas com a admissão dos servidores públicos.

**Noções de Direito do Trabalho**

35. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
- (A) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, apenas para os que percebem remuneração fixa.
 - (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, independentemente de incorrer em dolo ou culpa.
 - (C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.
 - (D) assistência gratuita aos filhos desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.
 - (E) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
-
36. De acordo com a legislação vigente, aplicável às hipóteses de interrupção do contrato de trabalho, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário
- (A) por 1 dia, em cada 6 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
 - (B) por até 2 dias, consecutivos ou não, em virtude de casamento.
 - (C) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
 - (D) por até 3 dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, colaterais, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica.
 - (E) por até 3 dias para acompanhar consultas médicas, durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira.
-
37. Lucas, com 20 anos, e seu pai, Agenor, com 47 anos, são empregados na mesma empresa e cumpriram o período aquisitivo de férias. Ao longo do período aquisitivo, Lucas contou com 7 dias de ausências injustificadas e Agenor com 4 dias de ausências injustificadas. O empregador comunicou a Lucas e Agenor que eles sairão de férias. Neste caso, segundo a lei vigente,
- (A) A concessão das férias deverá ser participada a Lucas e Agenor, por escrito ou verbalmente, com antecedência de, no mínimo, 15 dias.
 - (B) O empregador não pode decidir o período de concessão das férias de Lucas e Agenor, pois a época da concessão das férias será a que melhor consulte aos interesses do empregado.
 - (C) Lucas e Agenor, independentemente de sua concordância e desde que assim decida o empregador, deverão usufruir das férias em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos, cada um.
 - (D) Lucas e Agenor terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e independentemente disto resultar prejuízo para o serviço.
 - (E) Lucas terá direito a férias, na proporção de 24 dias e Agenor terá direito a férias, na proporção de 30 dias.
-
38. A respeito das Comissões de Conciliação Prévia, de acordo com a legislação vigente,
- (A) a Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, 2 e, no máximo, 12 membros, sendo que a metade de seus membros será indicada pelo empregador e outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio secreto, fiscalizado pelo sindicato de categoria profissional.
 - (B) é vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
 - (C) somente as empresas e nunca os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representante dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.
 - (D) o representante dos empregados permanecerá afastado do seu trabalho normal na empresa durante todo o período em que perdurar o seu mandato, sendo, no entanto, esse período, computado como tempo de trabalho efetivo.
 - (E) as Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de 15 dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

Noções de Direito Administrativo

39. Os atos administrativos discricionários são passíveis de controle judicial no que concerne
- (A) a vícios de legalidade, o que inclui também a avaliação da inexistência ou falsidade dos motivos declinados pela Administração a edição do ato.
 - (B) às condições de conveniência e oportunidade para sua prática, com base nos princípios aplicáveis à Administração Pública.
 - (C) ao seu mérito, avaliando-se a aderência do mesmo ao interesse público que justificou a sua edição e às finalidades colimadas.
 - (D) exclusivamente a eventual desvio de finalidade, quando evidenciado que a Administração praticou o ato visando a fim ilícito.
 - (E) apenas a vícios de competência, cuja convalidação poderá ser feita, contudo, mediante ratificação administrativa ou judicial.
-
40. No que concerne à competência das autoridades administrativas e sua delegação, nos termos disciplinados pela Lei Federal nº 9.784, de 1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, tem-se que
- (A) não é admissível a delegação de competência para decisão de recursos administrativos.
 - (B) a delegação somente é admitida para órgão hierarquicamente subordinado àquele detentor da competência legal.
 - (C) admite-se a delegação para a edição de atos normativos, desde que não gerem efeitos perante terceiros
 - (D) a avocação de competência de órgão hierarquicamente inferior é sempre cabível, independentemente de ato específico.
 - (E) não é passível de delegação a competência exclusiva, salvo para a prática de atos declaratórios.



41. Suponha que determinado cidadão tenha sofrido ferimentos enquanto aguardava uma audiência em um prédio do Poder Judiciário, ocasionados por um servidor que buscava conter um tumulto que se formou no local em razão de protestos de determinada categoria de funcionários públicos. Referido cidadão buscou a responsabilização civil do Estado pelos danos sofridos. De acordo com o que predica a teoria do risco administrativo, o Estado
- (A) não responde pelos danos causados, salvo se comprovada omissão no dever de fiscalizar a prestação do serviço público envolvido e suas condições de segurança.
 - (B) apenas responde pelos danos causados em caráter comprovadamente doloso ou culposo pelos seus agentes, assegurado o direito de regresso contra o agressor.
 - (C) pode ser responsabilizado, independentemente de culpa ou dolo de seus agentes, excluindo-se tal responsabilidade se comprovada culpa de terceiros.
 - (D) possui responsabilidade subjetiva pelos danos sofridos pelo cidadão, a quem compete comprovar o nexo de causalidade e a culpa anônima do serviço.
 - (E) possui responsabilidade objetiva pelos danos sofridos pelo cidadão, descabendo qualquer excludente de responsabilidade, como força maior, culpa da vítima ou de terceiros.

Administração Pública

42. As metodologias consagradas para implementação de planejamento estratégico no âmbito das organizações públicas e privadas contemplam, como etapa relevante, o denominado diagnóstico institucional, muitas vezes utilizando como ferramenta a Matriz Swot, que procura identificar
- (A) os projetos estratégicos da organização e as competências existentes para realizá-los, encadeados em uma representação gráfica na forma de fluxograma.
 - (B) os processos de trabalho necessários para a consecução dos resultados almejados em função dos valores institucionais identificados no mapeamento correspondente.
 - (C) a visão de futuro da organização, correspondente à sua essência e razão de ser, e que faz parte do quadro de indicadores estabelecido nesta etapa.
 - (D) as ações de longo prazo, correspondentes à missão da organização, e as de curto prazo, representativas dos cenários identificados.
 - (E) internamente, as forças e fraquezas da organização e, externamente, os desafios e oportunidades existentes no cenário em que se insere.
43. Entre as ferramentas e metodologias consagradas para gestão de projetos no âmbito das organizações, a que trabalha com a média ponderada de cenários probabilísticos (otimista, pessimista e realista) em relação ao tempo de conclusão do projeto corresponde a(o):
- (A) Plan, Do, Check, Act to Corret (PDCA).
 - (B) Critical Path Method (CPM).
 - (C) Program Evaluation and Review Technique (PERT).
 - (D) Enterprise Application Integration (ERP).
 - (E) Business Process Management (BPM).

44. Considere as assertivas abaixo, relativas à atuação da Administração Pública.
- I. A atuação eficiente da Administração relaciona-se com o uso adequado dos insumos na produção de bens e serviços.
 - II. Uma ação administrativa é considerada efetiva quando atinge às legítimas expectativas dos administrados.
 - III. Eficácia diz respeito à governança no âmbito interno da Administração, traduzindo a relação entre os diversos agentes envolvidos e a população.
- Está correto que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) II.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) I.

Noções de Orçamento Público

45. Em atendimento ao princípio orçamentário
- (A) da totalidade, uma autarquia estadual possui uma Lei Orçamentária Anual distinta daquela do ente estadual a que pertence.
 - (B) da universalidade, a Lei Orçamentária Anual de um ente estadual deve conter todas as receitas e despesas de uma fundação instituída e mantida por ele.
 - (C) da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual pode conter dispositivo sobre a criação de despesa obrigatória de caráter continuado.
 - (D) da competência, a Lei Orçamentária Anual apresenta a previsão das receitas orçamentárias que serão arrecadadas durante o exercício financeiro a que se refere.
 - (E) do orçamento bruto, a Lei Orçamentária Anual deve apresentar as despesas com uma obra pelo valor total de sua execução, mesmo que ocorra em três exercícios financeiros.



46. Considere os dados abaixo extraídos das demonstrações contábeis de um ente público municipal, cujos valores estão em reais.

Ativo Financeiro em 31/12/2017	40.450.000,00
Ativo Financeiro em 31/3/2018	38.000.000,00
Ativo Circulante em 31/12/2017	52.000.000,00
Passivo Financeiro em 31/12/2017	36.000.000,00
Passivo Financeiro em 31/3/2018	27.500.000,00
Passivo Circulante em 31/12/2017	42.500.000,00
Reabertura de Créditos Adicionais Especiais em 2018	2.000.000,00

Não houve a abertura de créditos adicionais até 31/3/2018 e não havia operações de crédito vinculadas aos créditos adicionais especiais reabertos em 2018.

Sendo assim, em 31/3/2018, o valor do superávit financeiro que poderia ser utilizado como recurso de cobertura para a abertura de créditos adicionais no exercício financeiro de 2018 era, em reais, de

- (A) 4.450.000,00
- (B) 2.450.000,00
- (C) 10.500.000,00
- (D) 8.500.000,00
- (E) 7.500.000,00

47. No dia 15/2/2018, um Tribunal Regional do Trabalho fez o empenho da despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 200.000,00 referente à limpeza dos vidros do prédio em que são realizadas as atividades de tal entidade pública. Em 21/2/2018, o prestador de serviço executou a limpeza dos vidros do prédio e, em 23/2/2018, houve a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. No dia 28/2/2018, ocorreu o pagamento da despesa pelo valor total do empenho. Sendo assim, no dia

- (A) 15/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Despesa de Capital.
- (B) 21/2/2018, houve a liquidação de Outras Receitas Correntes.
- (C) 28/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Inversão Financeira.
- (D) 23/2/2018, houve a liquidação de uma Despesa Corrente.
- (E) 15/2/2018, houve a emissão de uma nota de pagamento por estimativa.

Gestão de Pessoas

48. O conjunto de hábitos e crenças estabelecidos por normas, valores, atitudes e expectativas, compartilhado por todos os membros da organização, refere-se à definição de

- (A) cultura organizacional.
- (B) clima organizacional.
- (C) gestão organizacional.
- (D) estratégia organizacional.
- (E) socialização organizacional.

49. Quando o treinamento é baseado em competências, ele se baseia na lacuna existente entre as competências disponíveis e existentes e as competências necessárias

- (A) à direção da empresa, à área de recursos humanos ou à liderança.
- (B) à sociedade, ao grupo social ou à pessoa.
- (C) ao mercado, aos clientes em potencial ou ao cliente da empresa.
- (D) à organização, à unidade organizacional ou ao trabalho da pessoa.
- (E) ao mundo globalizado, ao mercado de trabalho, ao segmento de atuação da empresa.

50. O planejamento estratégico de gestão de pessoas refere-se à maneira como a função de Gestão de Pessoas pode contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais e, simultaneamente,

- (A) estimular e cocriar a cultura organizacional.
- (B) favorecer e incentivar o alcance dos objetivos individuais dos funcionários.
- (C) contribuir e participar de temas voltados para a perenidade da empresa.
- (D) favorecer e estimular a prática dos processos de qualidade.
- (E) incentivar e contribuir para ampliar a participação dos clientes no processo produtivo.

**Conhecimentos Específicos de História**

51. *Em história, tudo começa com o gesto de separar e reunir, transformando-os em documentos, determinados objetos antes dispostos de outra maneira.* A frase utilizada por Michel de Certeau no livro *A escrita da história* (Paris, 1975) significa que
- (A) o historiador quebra a ordem natural das coisas para colocar em seu lugar uma narrativa sobre o passado.
 - (B) é o historiador que, ao mesmo tempo em que confere estatuto documental a certos elementos, faz com que respondam a suas indagações.
 - (C) objetos tridimensionais, emblemáticos da cultura material de determinada sociedade, constituem importante fonte de pesquisa para o historiador.
 - (D) os documentos de arquivo, obedientes à lógica dos órgãos produtores, não se sujeitam aos arranjos feitos pelo historiador.
 - (E) a pesquisa histórica tem caráter aleatório, desobrigando o historiador de justificar suas opções metodológicas.
-
52. Costuma-se fazer a distinção entre arquivos, bibliotecas e museus a partir das diferenças observadas em suas funções primárias, nos mecanismos que adotam para a constituição dos respectivos acervos, na natureza e características predominantes dos documentos que possuem e no tipo de abordagem a que os submetem. Nesse processo comparativo, é correto afirmar:
- (A) Os documentos de bibliotecas e museus têm caráter contingente.
 - (B) Nos arquivos predominam exemplares múltiplos.
 - (C) Os documentos de arquivo formam coleções representativas das linhas temáticas do órgão de origem.
 - (D) Transferência e recolhimento são mecanismos próprios dos museus históricos.
 - (E) Os livros e periódicos de uma biblioteca científica têm estatuto documental congênito.
-
53. Em seu conhecido artigo publicado em 1992 sobre a relação entre história e memória (*A história, cativa da memória?*), Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses rejeita o senso comum que associa a memória a mecanismo de registro e retenção de informações. Para o autor,
- (A) a história confunde-se com a memória, pois ambas são operações ideológicas e processos psicossociais de representação do mundo.
 - (B) a memória está enraizada no passado, e seu legado, na contemporaneidade, é representado pelas instituições de custódia de documentos, como os museus, arquivos e organismos congêneres.
 - (C) a memória nacional é a somatória das memórias de diferentes grupos que, em razão de seus frágeis laços de coesão interna, acabam por se integrar à grande comunidade da nação.
 - (D) uma espécie de militância da memória como bandeira política tem estimulado movimentos sociais e mobilizado historiadores em torno de certas práticas, a exemplo da chamada história oral.
 - (E) a amnésia social é fruto da queima sistemática de arquivos e do descaso a que são relegados os bens culturais e o patrimônio histórico de determinado país.
-
54. Em *Apologia da história*, depois de afirmar que o modelo das ciências da natureza não se aplica à história, Marc Bloch discorre sobre a especificidade da *ciência dos homens no tempo* e defende a ideia de que cabe ao historiador
- (A) render-se à evidência dos documentos, submetendo-os às críticas interna e externa.
 - (B) descrever, o mais fielmente possível, os acontecimentos do passado.
 - (C) formular perguntas aos documentos e forçá-los a dar respostas.
 - (D) isolar o tempo presente de seu universo de preocupações e referências.
 - (E) eximir-se de interpretar os vestígios do passado, evitando toda e qualquer subjetividade.
-
55. Constituem o patrimônio cultural imaterial do Estado de São Paulo as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, os conhecimentos e técnicas fundados na tradição, na transmissão entre gerações ou grupos, manifestados individual ou coletivamente, portadores de referência à identidade, à ação, à memória como expressão de identidade cultural e social, tais como: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano de comunidades; rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; manifestações orais, literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas. Tal definição, extraída do Decreto nº 57.4539, de 17 de outubro de 2011,
- (A) assume as iniciativas renovadoras propostas pelo Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975, durante a gestão de Aluísio Magalhães à frente do IPHAN.
 - (B) reproduz as ideias formuladas por Mário de Andrade, na década de 1930, e transpostas para o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
 - (C) foi construída a partir de ampla consulta popular, coordenada pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.
 - (D) contraria os dispositivos da Constituição Federal de 1988, ignorando suas recomendações a propósito do conceito de patrimônio cultural imaterial brasileiro.
 - (E) relativiza a noção de excepcionalidade do patrimônio cultural em favor de sua representatividade e de seu papel como elemento de inclusão social.



56. Charles Braibant definiu o arquivo como celeiro da história e arsenal da administração. Ante essa dupla funcionalidade da instituição arquivística, cabe ao historiador que ali presta serviços
- (A) deferir os pedidos de autorização para consulta ao acervo, depois de aprovar os temas e projetos apresentados pelos pesquisadores.
 - (B) atuar junto às comissões de avaliação, com a prerrogativa de proferir voto decisivo sobre o valor de guarda permanente dos documentos.
 - (C) analisar o conteúdo dos documentos para fixar seu grau de sigilo e estabelecer os respectivos prazos de confidencialidade.
 - (D) realizar pesquisa retrospectiva sobre os organismos que deram origem aos documentos, de modo a subsidiar os trabalhos de arranjo e descrição do acervo.
 - (E) desenvolver pesquisa sobre qualquer tema para obtenção de títulos acadêmicos.
-
57. Fica facilitado aos Tribunais do Trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo. Tal medida, imposta pela Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987, convive com outros atos normativos que estabelecem a destinação de documentos da Justiça trabalhista. É o caso da Resolução nº 5 do Gabinete da Presidência do TRT-2, datada de 21 de novembro de 2006, que aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade da instituição. De acordo com esse instrumento, são passíveis de eliminação sumária, depois de 5 anos,
- (A) os quadros demonstrativos de despesa de pessoal e os autos de reclamação trabalhista.
 - (B) as planilhas de controle de pagamento de precatório e as notas taquigráficas.
 - (C) os relatórios de pagamento de auxílios e os autos de correção parcial.
 - (D) as fichas de andamento processual e os expedientes de cumprimento de mandado de remoção.
 - (E) os autos de expediente e as planilhas de controle de folha de pagamento.
-
58. Apesar do pioneirismo de Alcântara Machado na utilização de inventários como fonte para a história (*Vida e morte do bandeirante* foi publicado em 1929), é nas décadas de 1960 e 1970, em razão das novas tendências da historiografia, que os pesquisadores brasileiros passam a utilizar os arquivos judiciais de modo mais sistemático. Tal fenômeno está relacionado com
- (A) a própria natureza dos processos judiciais, cuja estrutura dialógica põe em cena litigantes de diferentes extratos sociais e estimula uma multiplicidade de versões e abordagens.
 - (B) o abandono e o descrédito de fontes discursivas e generalizantes, como a legislação, os relatórios administrativos e os relatos de viajantes.
 - (C) a criação dos cursos superiores de Arquivologia, formando bacharéis que passaram a produzir instrumentos de acesso aos arquivos do Poder Judiciário.
 - (D) as recomendações do Conselho Internacional de Arquivos e dos organismos que o representam no Brasil: associações profissionais e Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).
 - (E) a Lei de Acesso à Informação, liberando os arquivos dos órgãos judiciais dos prazos de confidencialidade e de sigilo que incidiam sobre a grande maioria dos processos por eles acumulados.
-
59. Dentre os marcos institucionais que, no âmbito das leis trabalhistas, antecederam o surgimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ocorrido em novembro de 1930 por iniciativa do Governo Provisório, é correto indicar a criação
- (A) da lei que institui o salário mínimo regionalizado, para garantir o que um trabalhador deveria receber para atender às suas necessidades básicas.
 - (B) da Carteira Profissional, de uso obrigatório para os trabalhadores do comércio e da indústria maiores de 16 anos.
 - (C) de tribunais rurais com a finalidade de dirimir os contratos de locação de serviços agrícolas com colonos estrangeiros em São Paulo.
 - (D) das Comissões Mistas de Conciliação, encarregadas da arbitragem de dissídios entre empregadores e empregados.
 - (E) da Justiça do Trabalho como órgão integrante do Poder Executivo, mais tarde integrado ao Poder Judiciário.



60. Referindo-se à Constituição de 1891, José Afonso da Silva faz o seguinte comentário:

O coronelismo fora o poder real e efetivo, a despeito de as normas constitucionais traçarem esquemas formais da organização nacional com teoria e divisão de poderes e tudo. A relação de forças dos coronéis elegia os governadores, os deputados e os senadores. Os governadores impunham o presidente da República. Nesse jogo, os deputados e senadores dependiam da liderança dos governadores. Tudo isso forma uma Constituição material em desconsonância com o esquema normativo da Constituição então vigente e tão bem estruturada formalmente.

(Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 80)

Ao retratar a distância entre os preceitos constitucionais e a política real, o texto permite considerar que o coronelismo prevaleceu na política após a proclamação da República. Sobre o tema abordado é correto afirmar que

- (A) o constitucionalismo republicano cumpriu suas funções essenciais, isto é, foi eficaz em regular o poder realmente existente, garantindo a independência do chefe da nação, isolando-o das pressões estaduais e das ingerências dos coronéis.
- (B) a relação direta entre os poderes locais, submetidos às práticas coronelísticas, impediu que representantes de São Paulo exercessem a presidência da República nas primeiras décadas após sua instauração.
- (C) o federalismo republicano deixou às claras que o poder do exército impunha, na "Primeira República", uma relação direta de poderes locais com o legislativo, por meio da ação dos coronéis.
- (D) na federação instituída pela Constituição de 1891, para não haver conflitos entre as diversas esferas do poder estadual foi estimulada a participação das forças militares municipais, controladas por seus coronéis, por representarem o maior poder local.
- (E) o federalismo instituído garantiu as bases do domínio oligárquico, fundado na propriedade da terra e no controle eleitoral da população rural pelos chefes políticos locais.

61. Em 2017, vários órgãos da imprensa destacaram *os cem anos da primeira grande greve geral no país*. Referiam-se à greve geral do operariado de São Paulo de 1917, manifestação até então nunca vista no Brasil. Algumas matérias destacaram a presença das mulheres no episódio, pois, de fato, representavam parte expressiva da força de trabalho, sobretudo na indústria têxtil. E foi no Cotonificio Crespi que a greve começou, depois que a diretoria da fábrica tinha se recusado a conceder um aumento entre 15 e 20% do salário e a abolir a extensão da carga horária noturna, que afetava principalmente as mulheres. A greve assumiu grandes proporções, paralisando a cidade. Houve forte repressão policial, com a morte de operários. Pela grande repercussão na imprensa e pelas manifestações dos poderes públicos, tornou-se objeto de estudo privilegiado sobre a condição de trabalho e legislação da época. Sobre o tema é correto afirmar que

- (A) a greve não obteve apoio popular, por ter ocorrido no momento em que as preocupações maiores da sociedade eram com a guerra mundial.
- (B) a liderança grevista impedia a manifestação de operários estrangeiros, pois os considerava concorrentes aos postos de trabalho.
- (C) a greve derrotada, por ser exclusivamente local, não teve maiores repercussões no movimento operário brasileiro da época.
- (D) a greve de São Paulo, vitoriosa, serviu de motivação para outros movimentos semelhantes, de 1917 a 1919, e para o amadurecimento das associações sindicais.
- (E) a liderança da greve rechaçou a participação das centenas de mulheres da indústria têxtil, provocando a cisão interna do movimento.

62. Apesar da existência de manifestações anteriores, inclusive no Império e na Primeira República, é a partir da década de 1950 que a mobilização dos trabalhadores rurais cresce e ganha força e visibilidade, com a luta por direitos trabalhistas e pela posse da terra, impondo-se ao debate político no centro de decisões do país. Entre os movimentos rurais organizados mais conhecidos estão as Ligas Camponesas, que renasceram em meados dos anos 1960 e dinamizaram suas ações sob a liderança de Francisco Julião, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), criado em 1984. Sobre tais movimentos é correto afirmar que

- (A) as Ligas Camponesas espalharam-se por todo o país até 1970.
- (B) têm em comum a luta pela reforma agrária como principal objetivo.
- (C) ambos têm representantes em partidos políticos atuais.
- (D) o MST busca conscientizar os trabalhadores sobre as vantagens do agronegócio.
- (E) ambos buscaram aliança com os latifundiários para defender a agricultura.



63. A 'Revolução de 1930' tornou-se marco periodizador da história republicana brasileira, rompendo com a 'República Velha', denominação pejorativa, forjada e imposta pelos protagonistas vencedores, que se julgavam portadores de um novo tempo. Tais protagonistas buscaram ampliar o significado da Revolução, numa perspectiva que visava ultrapassar a mera disputa pelo poder político entre grupos oligárquicos. Por exemplo, em discurso de 23 de fevereiro de 1931, Vargas ressaltava: *Precisamos convir que a obra da Revolução, além de ser vasta obra de transformação social, política e econômica, é, também, nacionalista no bom sentido do termo.*

(Adaptado de: LUCA, Tânia Regina de. Verbete no **Dicionário de datas da história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007)

Essa versão, apresentando o movimento vitorioso em 1930 como marco inaugural de uma nova etapa no quadro das relações econômicas, sociais e políticas no Brasil, é contestada nas interpretações de autores como

- (A) Azevedo Amaral e Paula Beiguelman.
- (B) Francisco Weffort e Nelson Werneck Sodré.
- (C) Boris Fausto e Francisco Weffort.
- (D) Caio Prado Júnior e Manuel Correia de Andrade.
- (E) Edgar de Decca e Nelson Werneck Sodré.

64. *A despeito da heterogeneidade das posições pessoais, os intelectuais que integravam o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 14 de julho de 1955, convergiam na convicção de que, por meio do debate e do confronto das ideias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. O nacional-desenvolvimentismo foi então concebido como essa ideologia-síntese capaz de levar o país - por meio da ação estatal (planejamento e investimento público) - à superação do atraso econômico-social e da alienação cultural. Essa frente político-ideológica, que convergia na defesa do nacional-desenvolvimentismo, enfrentou um abalo decisivo após dois anos e meio da fundação do instituto, inaugurando nova fase, cuja direção intelectual, nas mãos do filósofo Vieira Pinto e do historiador Nelson Werneck Sodré, privilegiou o debate das mudanças sociais e econômicas, mais tarde defendidas pelo governo Goulart.*

(Artigo de Caio Navarro de Toledo publicado na **Folha de S. Paulo** em 14 jul. 2005 – texto adaptado)

O projeto que então prevaleceu

- (A) implicava a aceitação de investimentos de capital estrangeiro.
- (B) teve aceitação plena no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).
- (C) previa aliança com a burguesia latifundiária mercantil.
- (D) não foi apoiado por partidos de esquerda.
- (E) supunha uma liderança política representada pela burguesia industrial nacional.

65. O historiador Jorge Ferreira assim descreve a situação que antecedeu o golpe de 1964:

João Goulart apresentou, no início de 1963, sua plataforma de governo: o Plano Trienal, cujas metas principais eram combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico para, em seguida, realizar as 'reformas de base' [...]. Foi contestado pelos movimentos sindical, estudantil e camponês e pelos partidos de esquerda que consideraram a proposta reacionária. Os empresários se dividiram. Diante de tantas resistências, o Plano fracassou. A partir daí os setores de direita e os grupos de esquerda radicalizaram. Ambos se negavam a ceder para alcançarem acordos em comum [...]. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupação em respeitar as instituições democráticas [...]. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, a qualquer preço. O presidente acabou por aliar-se à esquerda. A aliança foi selada num grande comício em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro.

(Artigo publicado na revista **Nossa História**, Rio de Janeiro, mar. 2004 – texto adaptado)

Tal aliança é manifesta quando João Goulart, no comício,

- (A) anunciou decreto com medidas para acelerar a reforma agrária.
- (B) declarou que renunciaria para facilitar nova eleição.
- (C) rompeu laços políticos com o chefe da Casa Civil, Darci Ribeiro.
- (D) concretizou a criação da Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste.
- (E) divulgou decreto convocando uma Assembleia Constituinte.



66. Expedidos entre 1964 e 1969, os atos Institucionais, regulamentados por atos complementares, conferiam aos militares plenos poderes: fechar as Casas Legislativas, cassar mandatos eletivos, demitir funcionários, suspender direitos políticos e aposentar e punir magistrados e militares, entre outros. Diante disso,
- (A) ficaram estabelecidas eleições indiretas para governador e vice-governador, conforme o Ato Institucional nº 4.
 - (B) o Congresso foi fechado pelo primeiro presidente militar, general Humberto de Alencar Castelo Branco, com o Ato Institucional nº 2.
 - (C) foi apresentada a primeira lista de deputados federais cassados com a edição do Ato Institucional nº 5.
 - (D) foram extintos todos os partidos políticos então existentes, pelo Ato Institucional nº 2.
 - (E) tiveram seus direitos políticos cassados os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, em decorrência do Ato Institucional nº 2.
-
67. Em 1º de abril de 1977, a despeito do discurso de abertura política “lenta e gradual”, o presidente Ernesto Geisel (1974-1979), utilizando prerrogativas do Ato Institucional nº 5 (AI-5), fechou o Congresso e impôs emenda constitucional e decretos autoritários conhecidos como “pacote de abril”. Dentre as medidas tomadas figurava
- (A) a eliminação dos cargos dos chamados senadores “biônicos” do MDB, eleitos indiretamente por um colégio eleitoral.
 - (B) o adiamento, para 1982, das eleições diretas para governador, previstas para 1978.
 - (C) a prorrogação de seu mandato para seis anos, para garantir apoio do Congresso a seu sucessor.
 - (D) a determinação para que a “Lei Falcão”, que restringia a propaganda eleitoral pelo rádio e pela televisão, fosse aplicada apenas em eleições municipais.
 - (E) a alteração do quórum (de maioria simples para dois terços) para votação das emendas constitucionais pelo Congresso.
-
68. Apesar da censura que vigorou no Brasil durante os governos militares (1964-1985), parte do mundo da cultura criou estratégias de comunicação para tentar resistir e manifestar seu repúdio à opressão, fazendo uso de entrelinhas, metáforas e trocadilhos. Foi o que ocorreu com
- (A) o filme *Rio 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos.
 - (B) a peça *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri.
 - (C) a música *Cálice*, de Chico Buarque e Gilberto Gil.
 - (D) a música *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso.
 - (E) a música *Samba de uma nota só*, de Tom Jobim e Newton Mendonça.
-
69. A partir de meados da década de 1970, o combate ao regime militar acentuou-se, envolvendo políticos da oposição e diversos setores da sociedade civil no rumo da retomada democrática. Em 1978, o Ato Institucional nº 5 foi revogado, e em agosto de 1979, foi sancionada a Lei da Anistia, após manifestações populares em comícios, passeatas e atos públicos. O desgaste do regime militar era visível, e as forças da oposição política, formando uma frente suprapartidária, apresentaram, em 1983, um projeto que mobilizou novamente a sociedade: a campanha pelas “Diretas Já”, para mudar as regras da sucessão do general João Batista Figueiredo, com a Emenda Dante de Oliveira. Votada em 26 de abril de 1984, sob forte clima de tensão, pois a base de apoio político à ditadura ainda não se esfacelara, a Emenda
- (A) foi aprovada e, por isso, em 1985, Tancredo Neves foi eleito por voto popular.
 - (B) recebeu votos contrários do PDT, que anteriormente a apoiara.
 - (C) foi aprovada e, em seguida, vetada pelo presidente Figueiredo.
 - (D) obteve número insignificante de votos dos deputados presentes.
 - (E) foi rejeitada, pois não obteve a maioria necessária de dois terços dos votos.
-
70. As transformações provocadas pela Terceira Revolução Industrial, ainda que não tenham ocorrido de forma homogênea em todos os países, provocaram alterações significativas nos processos produtivos. O novo paradigma tecnológico de produção industrial, incorporando avanços da microeletrônica, da robótica e da telemática, dentre outros, tem acarretado mudanças significativas no mundo do trabalho, como
- (A) a exigência de um nível de qualificação ampla e polivalente dos operários.
 - (B) a eliminação do trabalho terceirizado.
 - (C) a diminuição de empregos informais.
 - (D) a dinamização das ações sindicais.
 - (E) o parcelamento das tarefas, típico do “fordismo”.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

De acordo com o Edital nº 01/2018 de Abertura de Inscrições, capítulo 10, itens: 10.2 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.3.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.3.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.3.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.3.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.3.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Que o crescimento do capital e os interesses dos investidores tenham leis que dependem de uma matemática acadêmica é perfeitamente admissível.

Que essas leis entrem em contradição com os limites impostos pelos sistemas nacionais de legislação social é igualmente claro.

Mas que sejam leis históricas inelutáveis, às quais seja inútil se opor, e que prometam para as gerações futuras uma prosperidade que vale o sacrifício dos sistemas de proteção social, isso não é mais uma questão de ciência, mas de fé.

Os partidários do liberalismo econômico integral penam para demonstrar que a livre circulação de capitais seja a medida que conduzirá a humanidade a um futuro melhor.

(Adaptado de: RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014, edição digital)

Com base na afirmação acima elabore um texto dissertativo-argumentativo. Justifique sua resposta.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30